



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2018, 29 de setembro

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
- 2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito do Município do Crato**
- 3. Eleição de um representante da Assembleia Municipal do Crato para integrar a Comissão Municipal de Trânsito do Município do Crato;**
- 4. Eleição de um representante da Assembleia Municipal do Crato para integrar o Grupo de Trabalho - Termas de Monte da Pedra;**
- 5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais-Agregação Regional dos Serviços.**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

O eleito **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares** fez-se substituir por **António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho**.

O eleito **Filipe Ricardo de Bastos Abreu**, fez-se substituir por **Pedro Miguel Batista Matos**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha** e **Marco Fernando Duque de Mendonça**.

A senhora Vereadora **Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto** não esteve presente e justificou a sua falta.

O Vereador **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes** não esteve presente e justificou a sua falta, fazendo-se substituir por Vereador **Sérgio Martins Godinho**.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos.

PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida** e **expedida** de 22 de junho a 28 de setembro de 2018, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 1/2018 da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2018** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata n° 2/2018 da sessão ordinária de 28 de abril de 2018** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma **Proposta sobre Transferência de Competências**, apresentada pelos eleitos da CDU, a qual foi **admitida à discussão por unanimidade**.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, disse que, a Lei Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, referia na alínea a) do artigo 4º que, o Órgão Deliberativo se devia pronunciar sobre esta Transferência de Competências. Chamou a atenção para o ponto 1 do artigo 4º que também referia que a Transferência de Competências era concretizada com a publicação de diplomas sectoriais.

Informou que, os diplomas sectoriais ainda não tinham sido publicados, que alguns já tinham sido aprovados em Sede de Conselho de Ministros, mas como ainda não tinham sido publicados no Diário da República, não eram do conhecimento oficial.

Afirmou que, implicitamente, aquilo que ali estava em causa era, não existirem condições para se cumprir o prazo de 15 de setembro, dado que a concretização das competências dependia da publicação dos diplomas sectoriais e, que, na data atrás referida, ainda não estavam publicados em Diário da República.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, fez saber que, antes dessa data, o Ministro da Administração Interna, tinha remetido aos Presidentes das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais, informação nomeadamente onde se afirmava que a Transferência de Competências era concretizada nos termos dos diplomas legais de âmbito sectorial, que nos mesmos seriam identificadas as áreas a transferir e em que termos.

Referia ainda que, a adesão dos Municípios às novas competências, só podia ser efetivada após a publicação desses mesmos diplomas sectoriais e, que, qualquer deliberação da Assembleia Municipal sem a publicação dos mesmos, seria extemporânea e destituída de qualquer valor jurídico, concluindo-se que seria inválida.

Informou que, de acordo com nota do Ministério, em setembro, o prazo tinha sido prorrogado. Acrescentou que gostaria de dar uma nota antes de passarem à proposta de deliberação sobre Transferência de Competências. Expôs que esta proposta tinha entrado e entendia que como sinal de abertura, de transparência e de democracia, devia considerar à votação a discussão da mesma. Afirmou que assumia ali o compromisso que, a Assembleia Municipal promoveria desenvolver uma discussão



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

aprofundada, assim que tivessem os diplomas sectoriais, nem que isso implicasse uma Reunião Extraordinária.

Completo, que sobre a proposta da CDU, reafirmava que como sinal de abertura, de transparência e de democracia, submetia a votação a possibilidade de discussão da mesma proposta.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou a **Proposta sobre Transferência de Competências**, apresentada pelos eleitos da CDU, à votação, a qual foi **admitida à discussão por unanimidade**.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, destacou existirem duas questões e começou por sublinhar que sobre esta matéria, estava aberto um precedente grave, tanto em termos constitucionais como em termos da interpretação das leis do país. Afirmou que a Lei da Nação, tinha sido escrita e proposta pelo Governo e, que eles (CDU), nada tinham vertido na mesma. Completo declarando que se alguma coisa estava mal deviam emendar a mão.

Explicou que era uma Lei Quadro e mesmo as Câmaras que viessem a deliberar, aceitar todas as competências, teriam de voltar sem favor nenhum, a discuti-las uma a uma. Lembrou que neste momento estavam apreciadas onze matérias a transferir e, que, deviam estar à pressa a fazer uma sobre os táxis porque tudo o que não servia ia para as autarquias. Concluiu que ficariam a aguardar paulatinamente.

Afirmou que, visto não ser advogado, tinha um entendimento diferente da jurisprudência sobre aquilo que a Lei dizia e, por isso, tinha escrito para a Assembleia. Explicou que quando uma Lei marcava uma data e quando sobre essa data não era dada resposta, deduzia-se imediata e tacitamente que se estava de acordo com aquilo que estava na Lei. Completo afirmando que servia para esta Lei, da mesma forma que servia para outras e, por isto, tinha sentido a preocupação de puxar para discussão esta matéria.

Expôs que quando dizia ter sido aberto um precedente grave, lembrava de ter todos os relatórios e ser uma vergonha sair uma Lei desta natureza. Lembrava também terem escrito depois para os Presidentes de Câmara, tal como a DGAL tinha feito, aparecendo depois algumas Autarquias a dizerem não aceitar. Explicou ter-se seguido o Secretario de Estado, pronunciando-se depois a Área Metropolitana do Porto, vindo por último o Ministro Cabrita a despachar.

Questionou desde quando, o despacho de um Ministro anulava aquilo que estava numa Lei. Declarou que podíamos interpretar tudo aquilo que queríamos e nos apetecia, mas aquilo que a Lei dizia era que só se podia considerar tacitamente aceite a competência, depois da Autarquia e o seu órgão deliberativo



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

aceitarem. Frisou que não era isto que estava em causa, mas sim uma outra questão, que também a Lei dizia. Lembrou que em 2021 não teriam esta discussão porque nessa altura o Governo passaria aquilo que desejasse, acabando por não haver mais discussão, gostasse-se ou não, dessem ou não o dinheiro. Afirmou que aquilo que a Lei dizia era que até dia 15, cada Câmara deveria pronunciar-se se aceitava as transferências para 2019.

Informou existir uma Associação que aspirava acabar com as Câmaras, com os executivos e que se chamava a Associação Nacional das Assembleias Municipais. Assumiu que isto era dar corpo aquilo a que por norma ele era contra, como por exemplo serem designados de Deputados, serem menos, a Assembleia ser uma miniassembleia, tipo porta chaves, num Concelho do interior, onde os executivos fossem como o Governo, tendo de sair emanados por proposta da Assembleia, podendo a todo o momento ser destituídos. Declarou que também esta Associação tinha vindo dar os seus palpites e que os Presidentes de Câmara os recebiam assim como os da Associação Nacional de Municípios. Elucidou que aquilo que saía da Associação Nacional de Municípios nem sempre reunia o consenso de todos.

Explicou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tinha uma prolação de forças em que muitas vezes as orientações daí saídas eram partilhadas pelo PPD, pelo CDS, pelo PCP, ou seja, por todos, havendo outras em que a maioria vencida e era essa que era transmitida aos seus associados, não querendo dizer que era isso que acompanhavam. Afirmou que tudo isto criava uma baralhação brutal a nível do país inteiro. Perguntou como se podiam pronunciar as Juntas de Freguesia sobre novas competências, se elas só podiam absorver aquelas que lhe eram delegadas a partir dos Municípios, exceto a das “lojas” como a dos CTT e da Caixa Geral de Depósitos, em que todos sabíamos aquilo que estava a acontecer e só não víamos caso não quiséssemos.

Declarou que, a proposta do seu grupo, sobre esta matéria estava explícita, julgava inclusivamente que a mesma tinha sido distribuída, que tinha os articulados e a fundamentação, faltando só ser votada. Afirmou que, caso não se quisesse votar vinha preparado de duas maneiras e, que, se não tivesse sido admitida tinha uma declaração de voto que dizia rigorosamente o mesmo com três alterações. Concluiu que era uma forma de facilitar a vida porque não desejava sobrecarregar a Assembleia.

O eleito **João da Silva Gonçalves, do PS** garantiu ter ouvido a explicação dada pela senhora Presidente da Assembleia, que tinha confirmado as informações que já possuía. Estas informações eram de que a afetação dos respetivos recursos ia ser concretizados nos termos dos diplomas legais de âmbito sectorial, pelo que, só após essa publicação teriam uma ideia clara das competências que iriam ser transferidas. Recordou a nota do Ministério onde se dizia que a opção por não exercício das competências de 2019,



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

eram extemporâneas e destituídas de qualquer valor jurídico, tal como seria uma tomada de decisão naquele local. Informou que iriam esperar que os diplomas sectoriais fossem publicados para que pudessem ser analisados. Completou declarando que iriam também aguardar que os Presidentes de Câmara que seguiam muito mais em pormenor esta negociação, dessem a sua opinião para terem uma ideia mais consistente.

O eleito **José Tribolet, do PSD**, afirmou partilhar a posição anterior do representante do grupo do PS, mas, não podia deixar de partilhar muitas das preocupações que o grupo do PCP apresentava no seu documento. Em resumo, declarou que não estavam dotados da informação que era suposto existir, para poderem apreciar no concreto e tomar ali uma deliberação.

Aproveitou para aprofundar aquilo que disseram, achando que numa Assembleia Ordinária ou Extraordinária que fosse convocada para abordar este assunto, houvesse documentação produzida pela Câmara. Explicou que esta documentação não devia ser só sobre a posição da Câmara e do seu Presidente, que obviamente não deixaria de os informar sobre aquilo que pensava. Acrescentou que esta informação devia ser também, setor a setor, em cada um dos domínios, havendo um documento assumido pela Câmara que transmitisse a sua apreciação sectorial, domínio a domínio. Seria a informação sobre o que estava proposto, que vantagens, que inconvenientes, que riscos e que benefícios anteviam daquele regulamento. Afirmou que essa apreciação feita pela nossa gente, pelos nossos técnicos seria muito importante para ficarem habilitados a tomar uma decisão ponderada.

O eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, começou por reiterar as palavras proferidas pelo eleito José Tribolet, quanto ao posicionamento daquilo que eram as responsabilidades dos presentes, relativamente à matéria em apreciação.

Sublinhou as preocupações tanto do responsável do PS como as do responsável da CDU, reiterando e sublinhado a pertinência dessas observações.

Declarou que, pessoalmente entendia que a Transferência de Competências era aquilo a que em inglês chamavam a “*big question*” e em português denominava de questão insolúvel, explicou que, o sentido de insolúvel tinha a ver com o facto de existirem muitos meandros, muitas intenções sub-reptícias, muitas intencionalidades, até de alteração do sistema político, naquilo que entende ser a prática democrática.

Afirmou também existir uma perversão do sentido da descentralização de competências e existiam preocupações acrescidas, quando tratavam de um princípio que sempre tinha definido e, que, era perfeitamente contestável.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Explicou que os Presidentes de Câmara eram eleitos por quatro anos e existiam questões de fundo, atitudes que eram tomadas relativamente a diversos setores e, por isso, na questão dos vetores sectoriais, era tão necessário definir preto no branco, aquilo que era verdadeiramente importante, porque eram questões muito mais complexas, que decisões a curto ou medio prazo.

Completo esclarecendo que, na questão das transferências era necessária uma revolução de mentalidades em termos de filosofia política, em termos de prática democrática, mas que, não era possível, não se avizinhava e, seria utópico pensar em tal atitude. Sublinhou que como intelectual deste país, não entendia possível, uma solução adequada às reais necessidades, sendo apenas um mundo de intenções da parte de quem estava no Governo, não se indo a lado nenhum.

Expressou que, por todos estes motivos, manifestava a sua reserva absoluta em relação a esta matéria. Acrescentou que as decisões que iam sendo tomadas, em termos de legislação, também não vinham nem elucidar, nem prevenir os problemas inerentes a uma decisão, como a da Descentralização de Competências, quer fosse na área Educação, da Saúde ou noutra matéria.

Lembrou também as questões de natureza técnica, tal como a questão financeira, assim como as responsabilidades objetivas no terreno, em benefício das populações, na qualidade da democracia a que estavam inerentes.

Completo afirmando que as Câmaras teriam competências, mas, depois, como não tinham os meios não podiam responder aos problemas que a democraticidade da sociedade exigia, concluindo-se que tudo isto era uma falsa questão na agenda política deste ou de outro Governo.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, perguntando com que propriedade se podia afirmar, que do ponto de vista jurídico, seriam nulas as deliberações dos órgãos autárquicos que dissessem não querer receber em 2019.

Em relação aquilo que era uma questão de Lei de Estado, questionou onde estava essa fundamentação e no que se tinha baseado, explicando que existiam alterações aos Decretos e ratificação dos mesmos.

Perguntou porque razão se estavam a misturar alhos com bugalhos, visto estarem a falar de uma Lei Quadro e não de uma Lei específica e Diplomas específicos.

Recordou que, aquilo que o Governo tinha publicado tinha sido uma Lei Quadro e todos sabiam que aquilo que enquadrava eram as grandes linhas, apesar de na mesma terem cometido a asneira de exigirem as duas datas.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Perguntou se no dia 30 de junho de 2019 também seria ilegal, se nesta data também não faria Lei. Recordou que o mesmo Decreto servia para duas coisas, explicando que até 15 de setembro servia para deliberar as transferências que queríamos para o próximo ano, e o 30 de junho para o qual seria melhor a Assembleia Municipal começar já a pedir os pareceres jurídicos todos, inclusive os contraditórios.

Garantiu que isto apenas tinha um caminho para ser resolvido e, esse, era o Tribunal Constitucional, não se podendo vir de forma leviana dizer que era ilegal.

Questionou se todas as Assembleias Municipais que tinham decidido aceitar as competências para o próximo ano, tinham deliberado ilegalmente e sobre aquelas que decidiram não as querer no próximo ano lhas iam lá colocar.

Tanto à primeira como à segunda questão respondeu que não e interrogou onde se encontrava a ilegalidade disto. Completou declarando que cada um tinha as interpretações que queria, que existiam pareceres que eram vinculativos e outros que não o eram. Recordou que no passado os autarcas aproveitavam os buracos da Lei, pedindo vários pareceres, de preferência todos contraditórios, para no caso de serem penalizados por alguma coisa poderem argumentar que a acessória que tinham tido assim os tinha induzido.

Completou que, quando os diplomas fossem publicados não era uma Reunião Extraordinária que iriam ter, nem uma maratona que iriam fazer porque, o que os esperava não era a brincar.

Concluiu a sua intervenção informando que a Associação Nacional de Municípios tinha recebido oito diplomas sobre Educação propostas pelo Governo. Sublinhou que cada uma era pior do que a outra e perguntou o que seria se tivessem votado a aceitação logo no início. Estariam agora a fazer Reuniões Extraordinárias para retificarem cada uma das versões enviadas pelo Governo para parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

O eleito **João Gonçalves, do PS**, manifestou que na ausência de informação jurídica que não tinha, socorria-se dos dados oficiais de que disponha. Informou ter na sua frente uma nota do Ministério da Administração Interna assinada pelo senhor Ministro Eduardo Cabrita onde o que este dizia, em relação à opinião leviana do que ali pudesse ter dito, não era da sua responsabilidade. Explicou que não era ele que, de uma forma leviana o estava a afirmar, limitando-se a ler uma nota do Ministério. Completou declarando que se o senhor Ministro era leviano, passava a crítica dispensando-a da sua parte.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, afirmou que o Ministro era mesmo leviano assim como o Secretário de Estado e a Diretora Geral da DGAL porque ele tinha todo o processo. Garantiu ser inconcebível abrir-se pela primeira vez um precedente, em que por cada Lei que saísse tivessem de estar à



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

espera não só da homologação do Tribunal Constitucional e do Presidente da República, como também, do entendimento do senhor Ministro sobre uma Lei da República.

Perguntou onde ficavam as autarquias locais, a autonomia do poder local, as atribuições, competências e responsabilidades das mesmas. Respondeu que ficavam na janela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a questão da Barragem do Pisão ficava em duas janelas diferentes, a janela da Agricultura e a janela do Ambiente.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires**, referindo que, a sua maior preocupação era a Transferência de Competências das Autarquias para as Juntas de Freguesia. Disse pretender deixar ficar a nota, só que caso houvesse interesse, não se devia perder o foco colocado no trabalho que tem vindo a ser feito relativamente à Transferência de Competências das Autarquias para as Juntas de Freguesia. Declarou estar a falar das competências já previstas na Lei n.º 75/2013, podendo-se avançar com trabalho enquanto as coisas não ficavam decididas.

Interveio o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, expondo que, as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, comprovavam aquilo que ele tinha dito anteriormente. Explicou que se era difícil ao senhor Presidente da Câmara ali presente, tomar uma decisão quanto a descentralizar coisas que estavam na Lei, que tinham um efeito imediato e havia uma tal proximidade, como seria possível fazer-se alguma coisa, descentralizando-se competências da parte de um Governo.

Afirmou não ser ingénuo apesar de respeitar a ingenuidade dos outros, mas continuava a achar aquela uma questão insolúvel. Sublinhou que o senhor Presidente da Câmara tinha dificuldade em o fazer, assim como outros Presidentes também não o faziam. Perguntou porque não se mudava uma coisa tão simples que estava na Lei.

Tomou a palavra a **Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Isabel Merêces**, clarificando que, na reunião que tinham tido com o senhor Presidente sobre a delegação de competências, aquilo que tinham decidido, visto os diplomas sectoriais ainda não estarem publicados, era esperar mais um pouco. Sublinhou que aquilo que tinha retido desta reunião que tinham tido em conjunto, era que nada estava parado, que se estava a trabalhar, e iriam aguardar até meados de outubro. Completou garantindo que esta tinha sido uma decisão consensual.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, falando sobre o 2º Congresso realizado em Portalegre e disse que, este assunto não podia passar em branco. Sublinhou que este evento tinha acontecido com a presença de todas as personalidades possíveis, imaginárias e disponíveis para o efeito, destacando a presença de peso dos senhores Ministros.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Afirmou que, no momento, deviam demonstrar o mais vivo protesto pelo que tinha ficado plasmado nas declarações feitas à comunicação social, nomeadamente nas feitas pelo senhor Ministro do Ambiente. Declarou respeitar que, o senhor Ministro do Ambiente dissesse não ter promessas para fazer, mas este admitir avaliar a hipótese caso a região considerasse a Barragem do Pisão um projeto de referencia, era passar um atestado de pobreza mental a todos os cidadãos que viviam neste território.

Lembrou que, este projeto era considerado de referência, neste período democrático e até mesmo antes da democracia estar instalada por todos aqueles que tinham pensado haver potencialidades para a construção da referida Barragem.

Expôs concordar que talvez se tivessem criado falsas expectativas em torno deste evento, devido à presença dos dois Ministros. Afirmou que as desculpas apresentadas eram más e, como eleito na Assembleia Municipal, achava que a situação devia ser registada e fazê-la chegar ao senhor Ministro e também ao senhor Primeiro Ministro.

Sublinhou que, uma coisa era não fazer promessas, outra, era fazer considerações deste tipo em que parecia que ninguém era sensível, sendo necessário fazer-se um fórum para atestar a importância do projeto. Garantiu que isto era hipocrisia e cinismo.

Acrescentou que, este acontecimento tinha sido um mau golpe dado, àqueles que nos últimos tempos tinham conseguido dar à luta pela Barragem do Pisão, uma elevação qualitativa porque, nos últimos trinta anos nem sempre isto tinha acontecido.

Mencionou o caso dos donos dos terrenos que a Barragem iria irrigar, principais beneficiados e constituídos agora como Associação, reforçando o movimento pelo Pisão. Completou que finalmente a sociedade em vez de estar fragmentada tinha-se juntado toda, vindo agora o Ministro, não demonstrando a dignidade devida ao povo do Distrito de Portalegre.

Concluiu que, no discurso sobre a Barragem do Pisão não se pode permitir essa chicane política, entre a agricultura e o abastecimento de água. Afirmou que no discurso para a construção da Barragem do Pisão que era para fins múltiplos, o fator determinante teria de ser o agrícola, para não terem a desculpa de necessitarem construir uma nova ETA que seria considerada um investimento colossal.

Chamou a atenção para o facto deste investimento, já estar feito na Barragem da Apartadura e, caso a Barragem viesse a ser construída, estando lá a água, passava a ser estratégica para aquilo que fosse necessário. Expôs que as situações climatéricas que se apresentavam, indicavam que esta Barragem tinha de ser feita, assim como a ETA, para consumo humano, mas devia-se ir por etapas.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Frisou que era urgente irrigar 9 a 10 mil hectares de terreno, até porque existe um déficit alimentar muito grande no país, tendo de gastar divisas e desequilibrando a balança comercial, esclarecendo que, a Barragem do Pisão não iria resolver tudo, mas resolveria muita coisa.

O eleito **Miguel Batista, do PS**, elucidou que, sobre a Transferência de Competências achava que seria prematuro decidir sem haver ainda conhecimento das principais regras, afirmando que seria o mesmo que passar um cheque em branco.

Deu nota das Jornadas Europeias do Património, tendo ocorrido no dia anterior à inauguração de uma exposição de um ilustre elemento da Assembleia Municipal, nos últimos quatro ou cinco mandatos. Declarou ter sido uma pena não ter estado presente uma maior massa corporal de membros do referido órgão, uma vez que este evento até tinha sido organizado pela Câmara.

Deu nota de um outro evento organizado pela Santa Casa da Misericórdia e inaugurado no presente dia que poderia ser visto até ao dia seguinte nas ruas do Crato, com 95 fotografias antigas, todas relacionadas com a localidade. Comentou que a Assembleia Municipal devia ser mais presente nestas atividades.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, e fez o enquadramento de alguns assuntos que achava pertinentes e, que, tinham sido falados no Período Antes da Ordem do Dia. Esclareceu que estes assuntos tinham a ver com a Transferência de Competências, que iriam ser um grande desafio para as Câmaras, mas era um objetivo que existia e via esta situação de duas formas. Explicou que a primeira tinha a ver com o enquadramento desta transferência de competências, que não estava apenas relacionada com a transferência de responsabilidades. Expôs que não indo apenas pelos argumentos ali focados, existiam determinadas matérias, que neste momento estavam praticamente fechadas, para serem propostas a passar a respetiva competência para as Câmaras Municipais. Lembrou que teriam depois de ser ratificadas na Assembleia Municipal.

Completou dizendo achar, que devia ser deste modo a sequência das questões, parecendo-lhe por isso extemporânea, a tomada de posição de algumas Assembleias Municipais, que não tendo de criticar, mas sendo essa a sua opinião. Declarou que essa atitude podia limitar de alguma forma a manobra e a capacidade de ação da própria Câmara Municipal, achando que devíamos esperar que a nossa se



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

pronunciasse sobre estas matérias e que a Assembleia as discutisse em tempo oportuno. Manifestou ter alguma preocupação com a assunto das competências e da responsabilidade, não sabendo se estavam a entrar numa questão de competências ou de transferência de responsabilidades.

Declarou existir uma coisa que muito o assustava e explicou que para ele a transferência de competências era dar mecanismos a uma entidade que tivesse a oportunidade de gerir esse assunto específico. Apresentou que existiam muitos assuntos que estavam a ser colocados como transferência de competências, mas em que a Câmara iria depender de determinados organismos ou entidades do Estado para poder ter essa ação devidamente concretizada.

Completo esclarecendo que para ele isto era uma transferência de responsabilidades e não uma transferência de competência. Para melhor se fazer entender deu o exemplo da área social e da área do emprego. Exemplificou que seria um pressuposto que as Câmaras Municipais tivessem a oportunidade de criar programas específicos para ocupação de pessoas que estivessem sem emprego ou numa situação de desemprego. Declarou que, caso tivessem de aguardar que fosse a Segurança Social, o IIEFP, o Ministério ou a Secretaria de Estado a darem determinadas regras, a Autarquia acabava por perder novamente essas competências. Completo afirmando que estas questões criavam grandes complicações assim como os assuntos dos recursos humanos por serem temas muito complexos.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, continuou esclarecendo que existia uma outra interpretação e que se devíamos olhar para ela com algum positivismo. Lembrou que existiam muitas competências que direta ou indiretamente, bem ou mal, e isto já era depois discutível, assumidas pelos Municípios. Sublinhou que até podiam colocar a questão se o Município fazia bem em assumir determinadas situações que não eram da sua competência direta. Referiu que pelo que via, os Autarcas tinham este jeito de estar, tentando de alguma forma resolver da melhor maneira e a bem da sua população, empenhando muitas vezes recursos financeiros ou humanos, para resolverem determinadas situações que não eram da sua competência direta. Concluiu afirmando que visto já as fazerem em muitas situações, em situações específicas podia ser constituído como uma oportunidade para se ter algum encaixe onde atualmente não tinham encaixe financeiro algum.

Afirmou não desejar alongar-se muito sobre este tema desejando apenas fazer um breve comentário sobre o tema da transferência de competências para as Freguesias. Explicou que a situação era tal como o senhor Presidente da Junta de Freguesia a tinha descrito, estava prevista na Lei, era uma opção, podendo-se tê-la ou não. Sublinhou que neste momento ainda não se tinha tido essa opção, que a última interpretação era que seria extemporâneo neste momento tomar a decisão e no fim de quinze dias, terem esta situação em



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

cima da mesa, colocada pelo Governo através deste Decreto Lei e dos Diplomas Sectoriais. Completou expondo, que muitas Câmaras existiam, que não tinham estas competências nas Freguesias, porque tal como já tinha referido esta situação era uma opção. Lembrou que as Juntas de Freguesias tinham as suas competências, assim como as Câmaras também tinham as suas próprias competências que executavam.

Esclareceu que os Presidentes de Junta eram livres para em determinadas situações dizerem que aquela competência específica não a executavam por ser da Câmara Municipal, tendo de ser o Presidente da Câmara a fazê-lo. Esclareceu que a situação inversa também acontecia, referindo que se fosse uma competência da Freguesia, a Câmara Municipal também se podia negar a fazê-lo, ficando a execução a cargo do senhor Presidente da Junta.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, completou frisando que via a situação de uma forma muito clara e que aos senhores Presidentes que decidissem tomar este tipo de atitude, cá estaria para a enfrentar tal como fazia noutras situações. Concluiu declarando que estava escrito na Lei, que era possível, que era uma questão de decisão que ainda não se tinha decidido, que todos sabiam quais eram as competências de uns e de outros e que tinham de articular com o Presidente da Câmara a forma de fazer estas questões. Terminou afirmando que esta era a sua opinião e que sobre este assunto não diria mais nada.

Sobre o Congresso Maior Alentejo lembrou que estiveram presentes, Ministros, Presidente da República, Autarcas, representantes das entidades associativas agrícolas, pessoas ligadas ao turismo, à educação, às infraestruturas, investidores, gerando-se uma expectativa enorme de que existisse alguma comunicação positiva sobre a Barragem do Pisão ou o empreendimento fins múltiplos do Pisão. Afirmou que aquilo que o membro da Assembleia Municipal ali tinha exposto tinha sido a melhor declaração do senhor Ministro do Ambiente, feita cá fora e que se tinha ouvido. Recordou que aquilo que tinham ouvido lá dentro, indignava qualquer Presidente de Câmara que lutava pela Barragem do Pisão. Garantiu não se rever de forma alguma naquelas declarações e repudiava as mesmas, apesar de ser eleito pelo mesmo partido que esse senhor representava no Ministério do Ambiente.

Garantiu já ter transmitido a quem de direito não se rever naquelas palavras de um Ministro, que tinha vindo aqui passar um atestado de incompetência, menorizando pessoas que lutavam todos os dias, que trabalhavam todos os dias, que sofriam todos os dias, com a falta de investimento que existia no Alto Alentejo. Pessoas, que ao longo de anos se viram manietados na forma em como podiam trazer investimento para o interior.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, continuou declarando que esta pessoa que tinha estado uma hora em Portalegre, tinha passado um atestado de incompetência a todos os presentes, dizendo que a água não se geria pela procura, mas sim pela forma da poupança que se tinha nela. Explicou que esta mesma pessoa estava um bocadinho a leste do paraíso, relativamente ao que se passava sobre as alterações climáticas, estava completamente a leste com a questão de os lençóis freáticos terem os níveis mais baixos desde que existiam registos, que se não tivesse chovido da forma que aconteceu em abril e maio o senhor Ministro possivelmente não teria autotanques suficientes para abastecer as populações.

Informou fazer ali o mesmo compromisso que tinha feito com alguns dos colegas e que era o não desistir de lutar por uma coisa que entendia ser fundamental para o Alto Alentejo. Explicou que tinha sido deste modo que tinha colocado a questão na primeira reunião de Comunidade Intermunicipal, não por ser fundamental para o senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato ser visto como uma pessoa diferente das outras ou para que tivesse mais ou menos palco.

Elucidou ter colocado a questão numa posição em que os quinze Autarcas do Alto Alentejo tiveram de dizer a uma só voz que o projeto fundamental para a Região, era só um e apenas, a Barragem do Pisão e isso tinham conseguido fazer. Explanou que não via autarcas eleitos por diferentes partidos indisponíveis para estarem juntos neste movimento, agora criado, “Pisão, por uma Região” para dar mais um bocadinho de força.

Comentou que pela primeira vez, até com alguma surpresa e alguma desconfiança, os agricultores se tinham unido a esta iniciativa. Sublinhou que também tinha ficado surpreendido no referido Congresso, quando três CEO's de empresas dos mais diversos setores, lhe tinham afirmado perentoriamente que era importantíssimo e imprescindível a construção da Barragem do Pisão. Completou que esta opinião também tinha sido partilhada por técnicos de universidades.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, garantiu que não se conseguia rever nas declarações destes dois Ministros, mas também não se conseguia rever no silêncio absoluto de sua Excelência o senhor Presidente da República, sobre o assunto. Afiançou não conseguir, tendo ficado incrédulo e incomodado, mas continuando a lutar pela Barragem do Pisão. Recordou que no dia seguinte ao Congresso tinha acordado como se tivesse apanhado uma enorme bebedeira apesar de não ter bebido nada. Seguindo à risca o ditado que dizia não haver nada melhor para curar a ressaca do que uma bebida igual à da bebedeira, assim tinha feito, com a sua determinação de continuar a lutar pela construção da Barragem do Pisão.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Estimulou a determinação de todos na luta pela construção da Barragem do Pisão de forma firme e equilibrada. Pediu que não tivessem a tentação de dizer aquilo que era mau na construção da Barragem do Pisão, mas sim que dissessem aquilo que ela podia trazer de bom. Declarou que estavam fartos de ouvir dizer que não valia a pena lutar porque tinha este e aquele problema. Interrogou quais eram as vantagens de um empreendimento desta natureza, que eram transversais à quase totalidade do Alentejo.

Lembrou que no projeto inicial, esta Barragem seria o transvaso do Tejo para o Guadiana, ou seja, seria o veículo para essa situação. Referiu que era do conhecimento geral que atualmente cada vez chovia menos, em períodos mais concentrados e que se não tivermos a capacidade de armazenar a água não se conseguia distribuí-la, fosse para a agricultura, para abastecimento público ou para qualquer outra situação, como o lazer e a transformação de energia.

Sublinhou já ter solicitado que distribuíssem a todos o material publicitário que possuíam sobre o movimento “Pisão, por uma Região”. Disse desejar que todos colocassem nas próprias viaturas, ou que oferecessem a algum amigo o respetivo autocolante para criarem realmente um movimento que permitisse que o Pisão fosse uma realidade no próximo Orçamento de Estado. Afiançou que era nestes motivos que estavam focados, assim como nas reuniões que tinham tido com diversos Ministros e Secretários de Estado, nas audiências pedidas logo após o Congresso e no trabalho que os Autarcas continuavam a desenvolver sobre este assunto do “Pisão, por uma Região”.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, disse acreditar que este era mais um contributo em termos de movimento cívico e que não podia deixar de referir algo que tinha retirado daquele Congresso. Recordou que alguém tinha dito que a população era quem obrigava às decisões, que os movimentos cívicos quando tinham força, obrigavam a que os decisores políticos tivessem consciência daquilo que as pessoas queriam. Completou dizendo que o desafio que deixava a todos era que contribuíssem positivamente para que o Pisão fosse uma realidade e que não baixassem os braços.

Confirmou que no início aquilo que lhe diziam era que não se metesse naquele assunto, que o mesmo era apenas para queimar, que tinha mais de quarenta anos, que tinha acabado de ser eleito e que se ia colocar naquela questão. Sublinhou achar que tinha de se meter naquilo que tinha convicção de poder mudar a nossa Região. Lembrou que perdíamos população todos os dias, que necessitávamos de população qualificada e não a tínhamos, que qualquer coisa era medida com rácios, que qualquer coisa era medida com número de pessoas. Lembrou que estas medições serviam inclusive para a eleição dos órgãos para os quais estavam eleitos ou para a Assembleia da República.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Completou declarando que se as coisas continuassem desta forma, qualquer dia só teríamos um deputado. Afirmou que isto era um reflexo daquilo que nos estava a acontecer e caso não tivéssemos investimentos que nos permitissem inverter esta linha que nos tinham destinado, não sabia qual seria o futuro desta Região.

Declarou já ter dito a um Ministro que se tinham a convicção de que não se devia investir nesta Região, deviam construir um muro com nove ou dez metros semelhante ao que queriam construir nos Estados Unidos. Deste modo não deixariam ninguém passar para o lado de cá, ficando todos na lezíria, mais perto do mar e sendo uma coisa fantástica.

Garantiu recusar-se a alinhar neste discurso, estimulando todos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal que alinhassem um discurso positivo e que acreditassem nas nossas populações porque nós tínhamos valor. Expôs que nós sabíamos fazer muito com pouco e toda a vida tinha sido assim no Alentejo.

Sobre a atividade da Câmara o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, destacou o grande ganho em termos de organização que íamos tendo dentro da Câmara Municipal. Esclareceu que vinha a ser feito um trabalho muito positivo na estrutura dos setores do Município e que a pouco e pouco iam ganhando capacidade quer de executar trabalho quer de organização.

Nesta informação da Câmara destacou também a execução do projeto de Requalificação/Ampliação das Oficinas Municipais e Parque de Máquinas e o projeto de Eficiência Energética. Sobre este último disse continuarem a trabalhar porque achava ser um desígnio para o futuro termos cada vez mais sustentabilidade na poupança de energia dos nossos edifícios, permitindo depois trazer outros equilíbrios na área financeira. Por último deu nota do evento mais emblemático do nosso Concelho, o Festival do Crato/Feira de Artesanato e Gastronomia.

Explicou que era um bocadinho contra aquilo que ia dizer porque era contra a que se fizessem relatórios para apresentar em Câmara Municipal ou em Assembleia Municipal quando existiam mecanismos próprios na Câmara para o fazer. Explicou que na Câmara existia um tempo para se apresentar o Orçamento e outro para se apresentar a Prestação de Contas. Esclareceu achar que da forma como estava explanado o Orçamento da Câmara, indo-se depois refletir na Prestação de Contas, que iria ser extremamente claro, aquilo que tinha sido a despesa e a receita dos eventos que tinham executado. Aclarou que quer pela importância do evento, quer pela necessidade de desmistificação de algumas situações do mesmo, tinham mandado produzir um relatório que lhe seria entregue no início da semana.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Informou que este documento seria ainda provisório, mas fá-lo-ia passar à Câmara para conhecimento e só depois o levaria à Assembleia Municipal para conhecimento de todos. Aclarou que se tivesse de fazer um balanço daquilo que tinha sido executado, este seria extremamente positivo. Lembrou terem feito alterações arriscadas neste evento por terem a convicção de serem coisas muito positivas. Afirmou achar terem conseguido aproximar novamente, as famílias e a população do Crato ao Festival do Crato/Feira de Artesanato e Gastronomia e isso era um dos principais desígnios.

Afirmou não ter qualquer tipo de dúvida em terem aumentado a segurança, a qualidade, a autossustentabilidade do evento, pensando que aparentemente aquilo que se iria trazer a conhecimento em determinados aspetos seria uma surpresa positiva para todos. Declarou existirem determinadas coisas que estavam identificadas e tinham de melhorar no próximo ano, mas sentia superadas todas as expetativas que tinham sido colocadas relativamente a este evento. Aclarou que tinha também confirmado que quem fazia a diferença neste tipo de matérias, neste tipo de projetos eram as pessoas, coisa em que muitos já não acreditavam.

Garantiu que continuava a acreditar serem as pessoas a fazer a diferença devido à envolvência que os trabalhadores do Município tinham tido neste evento, Festival do Crato/Feira de Artesanato e Gastronomia. Esta envolvência demonstrada era a prova de que nenhuma empresa de prestação de serviços que podia colmatar algumas necessidades, não substituíra aquilo que era o essencial. Concluiu afirmando que o carinho com que as pessoas faziam o trabalho, esse sim, fazia toda a diferença.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, expôs perante a Assembleia Municipal, apesar de já o ter feito por escrito e de o ter feito distribuir, querer que ficasse registado o seu agradecimento pessoal em nome do executivo do Município, a todos os trabalhadores do mesmo. Salientou o empenho de todos para que o Festival do Crato/Feira de Artesanato e Gastronomia tivesse a pujança demonstrada, tivesse fortalecido a marca Crato, permitindo que o mesmo aparecesse como um exemplo de referencia de coisas diferentes e bem-feitas no nosso país. Concluiu dizendo que na sua opinião e através desse relatório, quem tivesse dúvidas de que este evento acrescentava muito à economia local, ficaria com essas duvidas completamente dissipadas.

Tomou a palavra o eleito **José Tribolet, do PSD**, solicitando ao senhor Presidente da Câmara para que antes das Reuniões da Assembleia fizesse uma síntese, tal como fazia na própria Reunião sem estar a ler todo o relatório enviado a todos os membros. Explicou que esta síntese seria um sumário executivo onde lhes desse a conhecer aquilo que considerava mais relevante, de positivo, de concretização do período em apreço assim como aquilo que considerava mais deficitário.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Completo garantindo que este sumário ajudaria muito a quem tinha de ler, apreciar e dar opinião sobre tantos assuntos. Sobre o resto, disse que a quantidade e a qualidade da informação factual prestada estavam a um nível muito superior daquilo que era antes, em consonância com o nível em que tem estado desde que é Presidente. Chamou a atenção para um capítulo da atividade da Câmara Municipal que continuava a não ser versado por escrito, que continuava a não existir documentação sobre o mesmo e tinha a ver com a inter-relação da atividade da Câmara com as Freguesias.

Expôs que devia haver uma secção sobre essa matéria para saberem o que se estava a fazer, se haviam ou não reuniões, porque no início do mandato tinham nomeado o senhor Pedro Coelho para ser o executivo da articulação com as Juntas. Apontou que sobre essa atividade da Câmara nada chegava à Assembleia, não se tendo por isso matéria de apreciação.

Relembrou terem tomado uma deliberação na Assembleia Municipal realizada em junho, na Freguesia de Aldeia da Mata, que era uma recomendação sobre esta questão. Explicou que a mesma podia ser designada por delegação de competências, mas mais importante do que a palavra e com todos os condicionamentos que existiam à volta desta questão, era dizer em que medida as verbas que estavam apontadas em Orçamento e GOP's para essa articulação, como iriam ser executadas até ao final do ano.

Esclareceu que achava perfeitamente legítimo que o senhor Presidente da Câmara dissesse que não se iria executar nada, mas devia existir qualquer menção a esse facto para terem dados objetivos. Completo afirmando que aos membros da Assembleia interessava muito perceber se a Câmara exercia com as Juntas de Freguesia uma relação com os princípios de equidade, proporcionalidade e de atenção às prioridades que cada uma delas transmitia. Sublinhou que algumas destas prioridades apresentadas pelas Juntas seriam competências das mesmas e outras da Câmara, mas não tinham matéria nenhuma para poderem apreciar, nem avaliar e devia existir alguma coisa porque esta matéria era atividade da Câmara.

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, para fazer referência aquilo que o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo tinha expresso sobre o Congresso. Sobre este assunto sugeriu que lessem o artigo de opinião, saído recentemente e escrito pelo senhor D. Antonino Dias, Bispo de Portalegre. Sublinhou que na mesma edição onde este artigo aparecia, deviam também ler a referência feita por Diogo Júlio a todos os Alentejanos que lutaram pela construção do Alqueva, obra quase impossível e que hoje já se encontrava cheia enquanto a do Pisão continuava em sequeiro.

Ainda sobre o mesmo tema, continuou esclarecendo que do mesmo modo que uniam opiniões sobre a construção da Barragem do Pisão havia também a necessidade de unirem esforços e opiniões sobre aquilo que era estruturante, o que era nuclear e o que era prioritário de investimento para o Distrito. Afirmou que



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

o Distrito precisava de tudo, mas se fossemos alancar tudo e mais alguma coisa, nada faríamos e tudo perderíamos.

Desenvolveu que precisávamos de saber aquilo que era para nós estruturante em relação à rodovia, o que era estruturante em relação ao transporte ferroviário porque não podíamos continuar com estrangulamentos brutais para qualquer empresário, como o que existia quando se ia para Santa Eulalia.

Apontou como estruturante a continuação do IC13 porque como estava não se retirava dele o proveito que era para tirar. Indicou também ser estruturante que a linha de leste fosse alterada, passando mais próxima da cidade, não só pelo politécnico, como pelos sistemas de incentivo a quem estuda e que ali se quer fixar, mas principalmente pelas indústrias que ali existiam. Completou ironizando que talvez quando a fábrica da Gerónimo Martins estivesse a laborar chegassem à conclusão que a ferrovia poderia ajudar todo o tecido capilar existente.

Lembrou que eramos 107 mil almas, que nenhum Concelho do Distrito de Portalegre tinha subido em população residente e que era necessário inverter esta situação. Faltava saber se seria a economia que iria fazer crescer a população ou se a falta desta obrigaria a outras soluções. Declarou que existiam aqui falácias de vários tipos e que sabia que era necessário atrair investimento, mas para isto acontecer era necessário haver pessoas, estando de acordo com a análise feita a um conjunto de questões.

Disse desejar voltar ao tema da atividade do Município para dizer que sobre a transferência de competências via-se a imaginar o seguinte quadro: ter todo o dinheiro necessário assim como todo o pessoal necessário para executar uma certa e determinada atribuição e competência. Perguntou se deste modo seria correto e justo que esta competência estivesse na área autárquica ou se devia estar na administração central.

Recordou que atualmente os Municípios já podiam decidir uma percentagem sobre as pedagógicas, fazendo com que em Municípios tão próximos como Crato e Alter do Chão as diferenças pudessem ser enormes. Questionou se não haveria questões de atribuições de competências que para serem universais no território nacional deveriam ficar na esfera central do Estado.

Garantiu que este era um desafio que iríamos ter porque se criava a ilusão de que havendo dinheiro tudo se assumia, mas existiam questões que tinham universalidade dentro das funções do Estado. Lembrou que nesta questão das competências não existiam limitações em relação às Freguesias e tal como o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, tinha colocado as questões, o enquadramento daquilo que eram atribuições e competências das Câmaras e das Juntas de Freguesia estavam definidas na Lei, assim como o seu respetivo financiamento.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Completo afirmando ter pena de tudo aquilo que sucessivos Governos roubaram ao Poder Local e agora estivessem com tanto carinho. Sublinhou que aquilo que tinham roubado daria para fazer 41 Barragens do Pisão e perguntou quanto representaria o não cumprimento durante 8 anos da Lei das Finanças Locais. Acrescentou que quando hoje se queria dar o primeiro passo era darem-se os meios financeiros, porque tal como o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, tinha afluído, o pior que aí vinha seria haver atribuições e competências distribuídas que tinham a tutela de 4 ou 5 Ministérios.

Expôs que quando dizia que a Câmara era para executar, no final tinha de estar a pedir autorização aos referidos Ministérios, não esquecendo nunca que a despesa não podia aumentar. Completo elucidando achar que independentemente dessas balizas era fundamental o diálogo do executivo com as Juntas de Freguesia e esse julgava estar aberto. Lembrou que cada Freguesia tinha as suas necessidades e os seus fins específicos e era esse o caminho que deveria continuar a ser seguido no Crato.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, dizendo que em relação à ideia de um bio-caminho de ferro passar por Portalegre, na sua opinião será um sonho pois nunca irá existir, porque a rede ferroviária nacional está cheia de grandes centros, longe das vias férreas e não há uma única situação, que tenham desviado a linha para passar por lá, referindo que o único estudo que conhece é Santarém, que é na linha do Norte, que é onde passa o maior volume de tráfego nacional e, mesmo esse projeto está metido há anos numa gaveta e não é materializado.

Relativamente à Atividade da Câmara Municipal, parabenizou a Câmara Municipal pela concretização de mais um Festival do Crato, que continua a subir de nível, realçando as novas condições colocadas aos participantes, através dos novos stands, devidamente uniformizados e com todas as condições de segurança de trabalho, realçando também a nova dinâmica da gastronomia e no artesanato, o empenhamento dos trabalhadores do Município e pela aposta na contratação dos grupos musicais da região, tal como o Coro da Santa Casa, o Rancho Folclórico de Gáfete e o ponto alto do que foi a atuação da Filarmónica do Crato com o grupo Quinta do Bill.

Considerou um ponto positivo o aumento dos participantes e a apresentação de contas por parte da Câmara Municipal, o que desmistifica tudo aquilo que por vezes se fala à volta do Festival, desejando que o nome do Crato vá cada vez mais longe.

Tomou a palavra a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, considerando que para além de todas as infraestruturas abordadas nas intervenções anteriores, as Termas de Monte da Pedra também elas são importantes para o Concelho e para o Distrito, existindo provas do seu benefício para a saúde e, considerando que, apostar nesta obra também seria bom.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Questionou se o senhor Presidente não quer descentralizar alguns dos investimentos que previstos, para as freguesias do Concelho.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que relativamente às intervenções havidas relativas à Atividade da Câmara Municipal, o percurso deverá fazer-se de uma forma contínua. Referiu que, todos os setores do Município já se habituaram a dar a informação de uma maneira mais rigorosa aos eleitos da Assembleia Municipal e, que quantidade não é qualidade.

Disse que, o Presidente da Câmara faz a sua intervenção naquilo que considera o mais importante e os serviços produzem a informação da atividade municipal, respeitando muito tudo aquilo que são os contributos dos técnicos, acolhendo alguns contributos dos eleitos da Assembleia.

Relativamente à descentralização de serviços, disse que, obriga a que o Município tenha recursos e tenha custos adicionais, dificultando a gestão, dando como exemplo o setor operacional que está localizado em quatro zonas e o setor administrativo que está localizado em seis zonas, o que se torna uma grande dificuldade para quem gere, mas compreendendo a intervenção que foi feita.

Fez referência aos parques de caravanismo dizendo que neste momento a Câmara só se pode candidatar a dois, acolhendo todos os contributos e todas as preocupações daquilo que é prioritário para o Concelho.

O senhor Presidente falou também do Grupo de Trabalho – Termas de Monte da Pedra, que é um dos pontos da ordem de trabalhos e, que, este grupo irá perceber o que se pode fazer, ou seja, saber se a vertente é termas ou se é outro projeto qualquer.

Relativamente à Educação disse que, considera positivo aquilo que foi feito pelo Ministério da Educação, dando alguma liberdade a que se pudessem introduzir coisas específicas na vertente pedagógica do curriculum, considerando que o distrito de Portalegre está a trabalhar com algum cuidado sobre este assunto e dos autarcas perceberem os perigos inerentes a isso. Disse que, foi criado um grupo de trabalho pela CIMAA, que está a analisar quer estas situações quer a situações relativas aos cursos profissionais, considerando que, muitas vezes, os cursos são criados para os docentes que estão no quadro e não para as necessidades existentes numa região, dando alguns exemplos. Referiu que, os autarcas estão preocupados em discutir este tipo de assunto e com uma boa visão para que o distrito evolua em função das necessidades que existem.

Congratulou-se com a forma como as reuniões de Câmara decorrem, pois com todas as opiniões existentes, consegue-se trabalhar sob um clima de cordialidade e respeito, nem sempre por unanimidade, pois cada um tem a sua interpretação dos assuntos.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que a Freguesia de Monte da Pedra tem sido a Freguesia mais fustigada pelos incêndios e, neste sentido, agradeceu a todas as entidades envolvidas no combate aos incêndios e em toda a logística inerente aos mesmos: Bombeiros Voluntários do Crato, CODIS, GNR, Serviço Municipal de Proteção Civil, Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, Gabinete Técnico Florestal, Sapadores Municipais, Agricultores, União de Freguesias de Crato e Mártires, For da Rosa e Vale do Peso, Junta de Freguesia de Aldeia da Mata e a toda a população que se mobilizou voluntariamente para ajudar.

Relativamente ao Festival do Crato, parabenizou o senhor Presidente da Câmara pela iniciativa dos copos reutilizados, notando-se em grande escala a redução do lixo no chão.

Registou com agrado a limpeza dos logradouros em casas devolutas, pena foi que essa medida não pôde abranger as casas apenas devolutas, ou seja, sem logradouro.

Disse que, o trabalho relacionado com as faixas primárias de gestão de combustível foi bem feito, mas, que, há outros locais a necessitarem de limpeza.

Referiu que, há uma grande preocupação que está relacionada com o cemitério de Monte da Medra, assunto que não é novidade, mas que voltou a apelar para a resolução deste problema.

Relativamente a caminhos públicos municipais disse que, os que estão em pior situação estão identificados, apelando também que a Câmara Municipal possa avançar com o arranjo dos mesmos, compreendendo que a autarquia em menos de um ano não pode chegar a todos o lado.

Em relação à Barragem do Pisão disse que, considera um projeto estruturante não só para o Distrito de Portalegre, mas, também para o País, sugerindo uma marcha lenta a caminho de Lisboa, mobilizando a população do Concelho do Crato e de outros Concelhos.

Fez referência ao Jornal do Município do Crato, o qual saiu na altura do Festival do Crato e, que, considera que já deveria ter saído também uma errata de algumas coisas que estão escritas, as quais considera que não são totalmente corretas.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, fazendo algumas sugestões de alteração ao documento da Atividade da Câmara Municipal.

Questionou o senhor Presidente se, em matéria de prevenção de incêndios, naquilo que é responsabilidade da Câmara Municipal, qual a intenção de resolução daquilo que não foi feito, em matéria de limpeza de bermas e de terrenos, por exemplo.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Fez algumas considerações sobre a delegação de competências e referiu que deve tomar-se uma postura sobre a Barragem.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que, relativamente à Barragem do Pisão, o que está a ser feito, pelos autarcas, um movimento positivo, solicitando a todos que tomassem uma postura positiva, fazendo chegar a cada grupo parlamentar a vontade dos eleitos da Assembleia Municipal, dos Presidentes de Junta de Freguesia a dizer que não são só os autarcas a defender esta construção.

Relativamente aos incêndios disse que, já agradeceu a todas as entidades, o empenho no combate aos incêndios no Concelho do Crato, congratulando-se pelo trabalho feito pelo Gabinete Técnico Florestal, pelo Coordenador Municipal da Proteção Civil e de alguns trabalhadores do Município, envolvidos quando necessário, reconhecendo a capacidade técnica, a boa coordenação e disponibilidade com todas as entidades.

Disse que, se os proprietários dos terrenos tivessem a mesma responsabilidade que teve a autarquia no que toca a limpezas de terrenos e bermas, talvez não tivesse havido tantos incêndios no Concelho, informando que, ainda há intervenções nas estradas até novembro.

2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito do Município do Crato

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito do Município do Crato** à votação, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

3. Eleição de um representante da Assembleia Municipal do Crato para integrar a Comissão Municipal de Trânsito do Município do Crato

Foram apresentadas duas propostas, sendo a proposta apresentada pelo Grupo do PS, classificada por **Proposta A** e a proposta apresentada pelo Grupo do PPD/PSD, classificada por **Proposta B**, a saber:

PROPOSTA A:

Efetivo: Miguel Romão Caldeira Batista;



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Suplente: Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho.

PROPOSTA B:

Efetivo: José Filipe da Conceição Carrilho.

Passou-se de seguida, à votação por escrutínio secreto, dando entrada na urna 19 (dezanove) votos, tendo a **Proposta A** merecido 9 (nove) votos, a **Proposta B** 6 (seis) votos e 4 (quatro) votos em branco.

Deliberação: Foi eleito como **representante da Assembleia Municipal do Crato para integrar a Comissão Municipal de Trânsito do Município do Crato, Miguel Romão Caldeira Batista**, como efetivo e **Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho**, como suplente.

4. Eleição de um representante da Assembleia Municipal do Crato para integrar o Grupo de Trabalho - Termas de Monte da Pedra

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, questionou o senhor Presidente se este grupo de trabalho tem durabilidade ou não.

O senhor **Presidente da Câmara**, disse que, havia duas possibilidades: ou se elencava logo uma série de coisas que para as quais, eventualmente, poderia existir alguma falta de conhecimento técnico, daquilo que seria necessário fazer, ou deixava-se esse trabalho para o Grupo de Trabalho a constituir.

Disse que, foi seu entendimento que o Grupo de Trabalho – Termas de Monte da Pedra, criasse os seus objetivos, delineando um calendário de trabalho e irem dando conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, dizendo que, reitera a importância da criação deste grupo de trabalho dada a complexidade e a injustiça com que as Termas têm sido tratadas ao longo dos anos.

Foram apresentadas duas propostas, sendo a proposta apresentada pelo Grupo do PS, classificada por **Proposta A** e a proposta apresentada pelo Grupo do PPD/PSD, classificada por **Proposta B**, a saber:

PROPOSTA A:

Efetivo: Francisco João Belo Farinha;



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal



Suplente: João da Silva Gonçalves.

PROPOSTA B:

Efetivo: Eduarda Maria Subtil Pires.

Passou-se de seguida, à votação por escrutínio secreto, dando entrada na urna 19 (dezanove) votos, tendo a **Proposta A** merecido 9 (nove) votos, a **Proposta B** 6 (seis) votos e 4 (quatro) votos em branco.

Deliberação: Foi eleito como **representante da Assembleia Municipal do Crato para integrar o Grupo de Trabalho - Termas de Monte da Pedra, Francisco João Belo Farinha**, como efetivo e **João da Silva Gonçalves**, como suplente.

5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais-Agregação Regional dos Serviços.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, dizendo que, considerava este assunto relevante. Explicou que vinha a ser debatido na CIMAA em consequência de uma serie de estudos e de trabalhos feitos à volta desta temática do Abastecimento Público de Água, das necessidades existentes relativamente a este serviço e de algumas incorreções de alguns Municípios sobre aquilo que estava determinado como obrigatório nesta área. Sublinhou que estávamos num Concelho caracterizado por uma concessão da água em alta, às Águas do Vale do Tejo e que desde o início nessa concessão que tínhamos ficado com algumas debilidades na distribuição da água em determinados pontos. Deu o exemplo do lugar do Pisão, do Monte da Velha e do Sume que eram situações gritantes e referiu também Aldeia da Mata e Monte da Pedra que eram servidos por uma conduta antiga e que traziam problemas graves muitas vezes. Informou terem sido desativados inúmeros pontos de tratamento de água no Concelho, que representavam um grande investimento, acabando por serem abandonados e vilipendiados.

Sobre o saneamento referiu também existirem algumas debilidades, visto nalgumas zonas ainda existirem fossas como era o caso do Pisão e Monte da Velha, com problemas graves por resolver. Explicou que grande parte dos problemas eram causados pelo facto do sistema ser unitário, não dividindo as águas pluviais das águas do saneamento. Declarou que os serviços tinham quantificado o valor de 10/12 milhões de euros para fazer face às necessidades de investimento do Concelho nesta área. Esclareceu que estavam a fazer um trabalho de cadastro sobre a rede de água e a rede de esgoto em baixa.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Completo dizendo que, tanto ao nível de água em alta como em baixa tínhamos debilidades tremendas, que tínhamos um valor de 40% de perdas de água, o que muito dificultava o equilíbrio financeiro nesta área. Lembrou termos uma tarifa de água em inconformidade com as regras da ERSAR e que justificavam todos os anos com a tarifa social e a criatividade dos técnicos municipais que defendiam os interesses do Município. Frisou que vinha a ser feito um trabalho sobre o fornecimento da água em alta junto das Águas do Vale do Tejo para identificarem as debilidades e soluções existentes para se resolver este problema. Sobre a questão dos resíduos também vinha a ser feito trabalho e sobre a água em baixa o Município tentava acompanhar o melhor possível este assunto através da sua pessoa.

O senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, sublinhou que este problema vinha a ser adiado há anos e anos, que tinha levantado muitas dúvidas, que tinha 3 estudos feitos na CIMAA que se baseavam exclusivamente na identificação do tipo de soluções existentes para a agregação dos serviços. Chamou a atenção para o facto de não existir nenhum trabalho técnico de identificação sobre a forma do funcionamento de cada um dos modelos. Depois de ter levantado esta questão em reunião da CIMAA, acompanhado por alguns Presidentes, concluíram que bastava de estudos porque aquilo que necessitavam era de um trabalho técnico que permitisse identificar a forma de funcionamento do sistema. Expôs que atualmente tinham 4 soluções validadas e que neste âmbito tinham visitado a empresa Águas do Ribatejo que tinha um modelo idêntico ao proposto para o nosso problema.

Explicou que era uma empresa intermunicipal, que tinha a característica diferente de também ter a gestão da água em alta e por este motivo a regulação da tarifa cobrada era uma vantagem, geria os próprios aquíferos e apenas compravam cerca de 10% às Águas de Portugal. Deu a conhecer que, era neste modelo que o grupo de autarcas com quem estava a trabalhar se inspirava e que tinha tentado passar à Câmara a informação que ali estava a apresentar, com mais ou menos dificuldade e com mais ou menos documentação.

Referiu que a Câmara Municipal em reunião extraordinária realizada no dia 25 de setembro tinha decidido deliberar por unanimidade 3 questões muito objetivas que estavam sobre decisão. A primeira seria agregar as águas por causa do condicionalismo de que para se conseguir financiamento terem de ter 50 mil consumidores. A segunda questão seria a escolha do sistema e este seria intermunicipal, gerido por todos os Municípios. Concordou que esta era uma decisão arrojada, mas os Autarcas presentes na CIMAA gostavam destes desafios. Lembrou existirem Municípios condicionados na sua decisão, como Elvas e Campo Maior por terem as concessões da água entregues a privados, mas que deixaram explícito que estavam interessados quando houvesse oportunidade. A terceira questão era suportarem a entrada da



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

candidatura que terminava a 25 de outubro para poderem ter financiamento para as obras que eram necessárias.

O senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, sublinhou que a discussão na Câmara Municipal tinha sido interessante, mas que a decisão por unanimidade revelava a posição que esse órgão tinha sobre esta situação. Resumiu que esta deliberação por unanimidade revelava que davam a confiança ao Presidente da Câmara Municipal do Crato para que este, junto da CIMAA e junto da empresa pudesse perceber o modelo de negócio e a maneira de resolver este problema que se arrastava há tantos anos no Concelho. Revelava também que eram solidários e estavam junto do Presidente de forma a poderem fazer as intervenções necessárias no Concelho, nas águas em baixa, para garantirem melhor qualidade no abastecimento às populações, melhor equilíbrio financeiro, melhores infraestruturas e melhor gestão.

Interveio o eleito **José Tribolet, do PSD**, dizendo que, o grupo do PSD votaria favoravelmente a proposta apresentada. Expôs apresentar declaração de voto que acompanharia o voto favorável e explicou que a sua fundamentação correspondia a uma parte significativa do texto da Vereadora Gabriela Tsukamoto que copiaria porque era integralmente aquilo que pensavam. Sublinhou que o voto do grupo do PSD era um voto de confiança na Câmara e no seu Presidente, acreditando que este seria guiado por um conjunto de princípios que apontavam e balizavam nas razões da declaração de voto do referido grupo.

Apontou: princípios estatutários e linhas mestras de atuação; a prestação de contas anual sobre a atuação desta empresa; priorização de investimentos e ações de manutenção; financiamento e operações camarárias neste setor; direitos de propriedade das infraestruturas as condições de cedência e a sua eventual reversão e justificação dos preços praticados. Concluiu afirmando que na opinião do seu grupo, independentemente do ritmo a que tudo isto andasse, tinham tido muito gosto em trabalhar para perceberem o que era realista fazer, querendo deste modo dizer que todos os princípios anunciados anteriormente deviam ser aplicados à gestão camarária atual. Garantiu não haver razão para se estar a aguardar uma gestão empresarial externa para isto ser aplicado e colocar tudo ainda mais transparente do que aquilo que a Câmara já tinha.

Sugeriu ser interessante ver no relatório de atividades e no orçamento da Câmara um segmento sobre este assunto que era um dos mais relevantes, claro para todas as pessoas. Apresentou a sugestão de criarem um consórcio intermunicipal para darem resposta ao problema de a empresa não estar estabelecida a tempo, nada impedindo que o SMAS de Portalegre fosse por exemplo o gestor de consórcio.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, para afirmar que iriam votar contra, mas que este voto do seu grupo não representava nenhuma desconfiança para com o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo. Afirmou que a Vereadora da CDU não acompanhou a nossa posição. Explicou que a Câmara de Monforte e a Câmara de Avis não aceitavam estas condições porque o Governo da Nação estava a obrigar à agregação porque se assim não fosse não teriam acesso aos fundos comunitários.

Completo afirmando que esta última questão estava a obrigar as Câmaras a mexerem-se havendo ainda alguns Presidentes que de forma leviana interpretavam o aviso do POSEUR que aparentava financiar a totalidade dos projetos. Lembrou que o fundo apenas teria 75 milhões para todo o país tendo só neste momento disponíveis 28 milhões. Sobre as clausulas de blindagem questionou onde estavam as que protegiam as Câmaras em relação à questão dos resíduos com a VALNOR.

Declarou que na atualidade as empresas que geriam a alta necessitavam da baixa verticalizando o sistema porque a partir desse momento ficavam agarrados a um conjunto de matérias. Expôs que a ideia podia ser peregrina se as regras fossem claras.

Questionou qual era o motivo porque na Ilha da Madeira, esta mesma aplicação permitia que as Câmaras concorressem cada uma por si aos fundos comunitários e no continente o Governo não deu esta oportunidade deixando depois ao critério de cada uma a vontade ou não de se agregarem. Afirmou que também não estava explícito em nenhum lugar a garantia do financiamento para a remodelação e modernização da rede de água em baixa. Sublinhou que apenas dava para terminar redes existentes que ainda não abastecessem a totalidade das freguesias, não dando para candidatar remodelações existentes de rede em baixa quando este era o maior problema dos Municípios e deste modo não conseguiam garantir financiamento para as obras.

Chamou a atenção para o facto de não se conhecerem os estatutos do sistema intermunicipal e recordou a experiencia brilhante das Câmaras de Elvas e Campo Maior. Afirmou que estes dois Municípios tinham privatizado a água em baixa, dando aquilo que era deles a outros por 30 anos. Completo sublinhando que apenas estava a alertar porque sabiam qual iria ser o resultado. Concluiu informando que iriam apresentar declaração de voto.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, dizendo que, um dos primeiros trabalhos que foi feito, foi tentar que a data de 25 de outubro fosse adiada, para se ter mais tempo para decidir, mas o seu sentimento é que já passou tempo a mais para se tomar uma decisão.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Disse que, o argumento de existirem eleições autárquicas no ano, considera-o falso por parte dos autarcas e não deveria ser utilizado.

Disse que, com todo o respeito por aquilo que foi dito por todas as bancadas, há coisas que lhe causam um pouco de confusão, pois já entendeu que o que está em causa não é ser uma intermunicipal, mas sim a forma como estão a obrigar a decidir se é uma intermunicipal ou não.

Disse que a empresa intermunicipal defende tudo aquilo que a maior parte dos órgãos eleitos sempre defendeu, que é as Câmaras Municipais ficarem com o poder de gerir e de decidir, acolhendo com algum interesse os contributos dados pelos eleitos.

Por uma questão de transparência, informou que foi introduzido nesta decisão e deixado em aberto, a possibilidade da recolha de resíduos ser feita por esta empresa, posteriormente.

A Assembleia Municipal do Crato, tomou conhecimento da Proposta apresentada pela Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 220 da minuta da ata 21/2018, de 25 de setembro, relativa à autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e para a formação de uma empresa intermunicipal para assumir a titularidade desse sistema intermunicipal.

Após análise, a Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **aprovar** a referida proposta por **maioria**, a saber:

a) **15** (quinze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Batista Marques, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Eduarda Maria Subtil Pires, José Filipe da Conceição Carrilho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires. (que apresentarão declaração de votos)

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

- 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de declaração de votos)

a) autorizar a constituição de um sistema intermunicipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais, abrangendo os municípios da Nut III Alto Alentejo aderentes;

b) concordar com a apresentação de candidatura ao POSEUR, mediante a figura de município líder a assumir pelo Município de Portalegre, com posterior transferência da candidatura e posição contratual para a empresa municipal a constituir, e prosseguir conjuntamente as atribuições de cada um dos municípios nesses domínios, nos termos das alíneas u) e m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às dezoito horas e treze minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.



Sandra Maria Sias Cardoso



Cristina Isabel dos Santos Pereira



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Crato - 29/09/2018
Criação de um Sistema Intermunicipal de Gestão do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Declaração de Voto

Mais uma vez os municípios são confrontados com limitações à sua autonomia e assistimos, por parte do governo e das CIM's, à intenção de levar à constituição de entidades gestoras de águas e resíduos em baixa que originarão a alienação das responsabilidades dos municípios na gestão dos serviços de águas e de saneamento de águas residuais.

A concretizar-se, tal será muito prejudicial para os interesses das populações, podendo vir a provocar aumentos muito elevados nas tarifas pagas pelos consumidores, e não garantiria os investimentos necessários nem a qualidade do serviço prestado. Deverá o governo, isso sim, disponibilizar os fundos necessários para os investimentos a realizar, no âmbito de programas comunitários, e no respeito pela autonomia do Poder Local.

Assim, e considerando que,

- Está em curso um processo tendente à entrega da gestão da água em baixa e do saneamento a entidades externas aos municípios, fazendo com que cada um deles deixe de intervir diretamente neste setor.

Vimos, assim, afirmar-nos pela defesa da água, enquanto elemento essencial à vida humana, no respeito pela autonomia das autarquias locais e garantindo a acessibilidade económica e física dos utilizadores.

Concluindo, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal do Crato **recusam alienar** o direito de o município gerir a sua rede de abastecimento de água em baixa e de saneamento, **afirmando a sua posição de voto CONTRA a proposta de criação de um Sistema Intermunicipal de Gestão do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.**

Crato, 29 de setembro de 2018

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal do Crato

Handwritten signatures of the CDU representatives:
Teresa Baptista Correia Lopes Chaves
Sérgio Manuel Lima Matias
José Camilo do Rosário Videiras